

**Assunto:** Oferta Permanente – 37 Blocos Exploratórios distribuídos nas Bacias de Acumulações Sedimentares de Mucuri, Recôncavo e Tucano.

Data: 24/04/2023

Referência: Demanda - Ofício nº 194/2021/SSMCMA/SSM/ANP-RJ-e

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP encaminhou o Ofício nº 194/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e para o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, no qual manifesta a pretensão de incluir 37 Blocos Exploratórios, distribuídos, nas Bacias de Acumulações Sedimentares de Mucuri, Recôncavo e Tucano, no processo de Oferta Permanente de Áreas.

A ANP afirma que: cabe à mesma buscar a manifestação dos órgãos ambientais competentes em relação à sobreposição de blocos exploratórios em estudo com áreas ambientalmente sensíveis, bem como eventuais condicionantes para o futuro licenciamento ambiental das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, com base no dispositivo da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE nº 17/2017.

Nesse contexto a ANP solicita ao INEMA um “parecer ambiental” que deve conter:

- a) Manifestação em relação à sobreposição da área em estudo com áreas ambientalmente protegidas;
- b) Em caso da identificação de sobreposição de áreas propostas para oferta com Unidades de Conservação da categoria de Uso Sustentável ou zonas de amortecimento e corredores ecológicos de quaisquer Unidades de Conservação, indicar se existem óbices à oferta das áreas conforme os polígonos propostos, ou se devem ser realizados recortes ou exclusões de áreas, com as quais a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural não seria compatível em vista das restrições ambientais, mesmo quando adotadas as melhores práticas da indústria;
- c) Restrições ou recomendações que poderão afetar o licenciamento ambiental de atividades nessas áreas;
- d) Quaisquer outras informações julgadas relevantes para o processo de decisão sobre a oferta dessas áreas e para as eventuais empresas interessadas no desenvolvimento de atividades nas áreas ofertadas.

## 2. PARECER

A Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural – E&P é desenvolvida no estado da Bahia desde a década de 30 do século passado, portanto a cerca de 90 anos, estando já consolidada nas Bacias de Acumulações Sedimentares – BAS do Recôncavo e de Tucano Sul. Nas últimas duas décadas, a exploração vem, também, sendo desenvolvida na BAS de Mucuri e de São Francisco.

A prática de E&P é considerada de alto potencial poluidor, conforme o anexo do Regulamento das Leis Estaduais nº 10.431/2006 e nº 11.612/2009, aprovada pelo Decreto 14.024/2012, consolidado com alterações dos Decretos Nº 14.032/2012, 15.682/2014, 16.963/2016 e 18.218/2018, devendo ser desenvolvida mediante o licenciamento ambiental. As atividades, que são desenvolvidas nos Blocos Exploratórios, estão atreladas ao Programa Exploratório Mínimo – PEM proposto pela concessionária junto ANP, que

consiste, basicamente, em realizar aquisição sísmica e perfurar e testar a viabilidade econômica de poços exploratórios. Nesses casos a concessionária deverá requerer Autorização Ambiental – AA para cada objeto, descrevendo o seu programa exploratório, junto ao INEMA.

Caso o resultado da exploração apresente viabilidade econômica positiva e haja interesse em explorar os hidrocarbonetos, a concessionária deverá requerer as Licenças Ambientais (Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO) para a formação do novo campo petrolífero. Devendo ser feitas as seguintes ponderações:

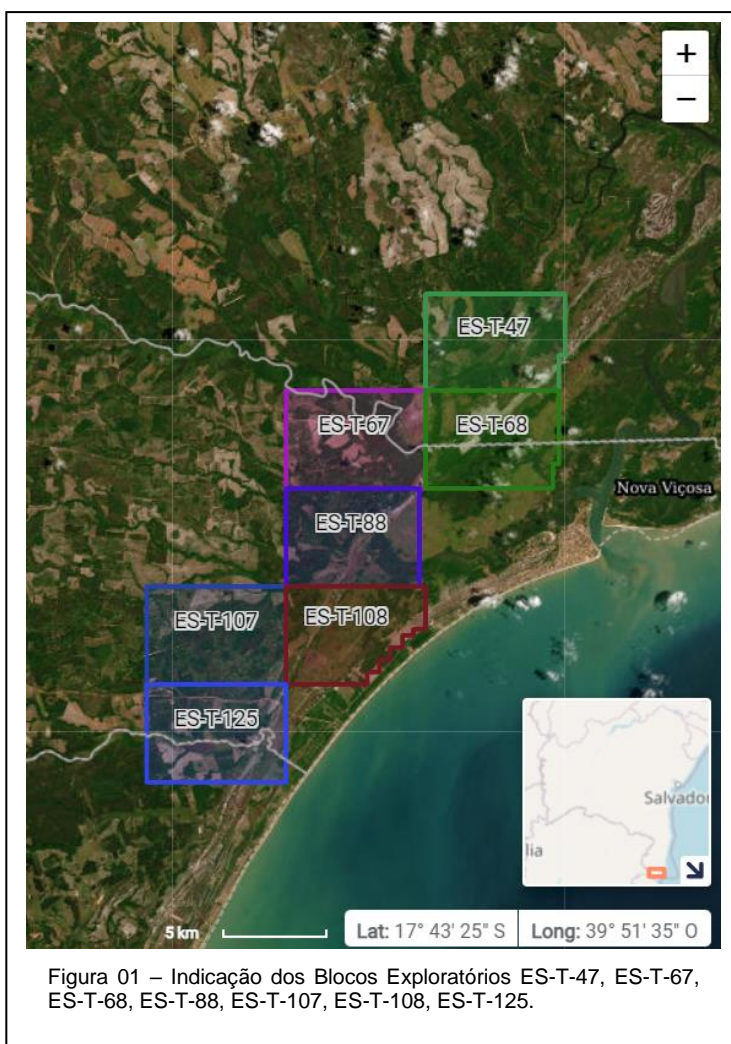
- considerando as singularidades da atividade de E&P, a diversificação do uso e ocupação do solo, a título de licenciamento ambiental o INEMA considera o "Campo" as áreas diretamente afetadas, como os ativos (poços, acesso local, locações, áreas de servidão, linhas de produção/injeção/gás lift, manifolds, estações, estruturas, etc.) e passivos (diques, áreas contaminadas, taludes e saias de aterros desprovidos de vegetação ou/e com processos erosivos, assoreamentos das drenagens naturais, poços abandonados definitivamente sem os devidos procedimentos de arrasamento e suas respectivas locações, acessos locais e áreas de servidão das linhas de produção desprovidas de recuperação, estruturas abandonadas etc.) do processo produtivo de hidrocarbonetos. As áreas vão sendo agregadas com o desenvolvimento do campo. Consequentemente, o Campo Petrolífero objeto do licenciado não corresponde à área delimitada pelo *ring fence*;
- o Teste de Longa Duração - TLD faz parte de um dos possíveis testes de verificação da viabilidade econômica do poço e do comportamento do reservatório. Consequentemente, a exploração do hidrocarboneto não necessita ser interrompida na interface da AA e das Licenças Ambientais, devendo ser observada a validade da AA, que poderá ser prorrogada;
- deve ser pontuado que o estudo apresentado na Autorização Ambiental está correlacionado, apenas, ao local, ao entorno e às atividades a serem executadas. Mesmo que o novo Campo formado já tenha a sua estrutura existente, se fazem necessárias as Licenças Ambientais nas quais os estudos são mais abrangentes no qual deve cobrir a área do *ring fence* e do seu entorno, devendo apontar pontos relevantes das componentes socioambientais.
- na LP deverá ser averiguada a viabilidade ambiental do novo Campo a ser formado (projeto básico) através de estudo, que contemple a caracterização do empreendimento no contexto ecossistêmico da área de abrangência (caracterização socioambiental), para prever os impactos e potenciais de riscos ambientais na subsuperfície e superfície, de modo a definir as medidas mitigadoras e/ou compensatórias, dentre as quais propostas de programas. Deve ser concluído no final desse processo, a definição das áreas de intervenção e de influência do empreendimento;
- na LI necessita ser avaliado os projetos executivos, implementação dos programas e, gestão dos impactos e potenciais de riscos socioambientais inerentes a fase de implantação;
- na LO deverá se avaliado a operacionalidade do processo produtivo do campo em relação ao meio socioambiental existente e, gestão dos impactos e potenciais de riscos socioambientais inerentes a fase de operação;

Caso contrário, o poço e suas estruturas deverão ser descomissionados, passivos eliminados e as áreas recuperadas. Entretanto, esse condicionante poderá ser derogado caso seja apresentada manifestação da ANP, solicitando que sejam mantidas as estruturas existentes com os devidos argumentos, ao INEMA, que analisará o pleito, e levará em

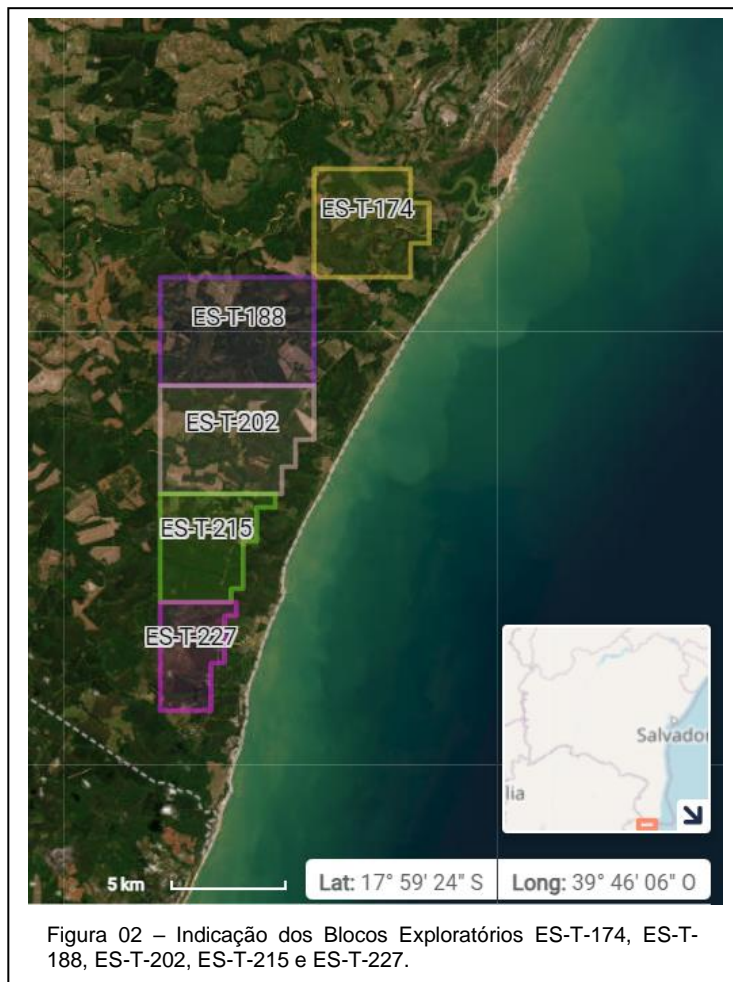
consideração o potencial, à temporalidade, condições, localização, contexto ambiental do entorno do poço.

O uso e ocupação do solo nas BAS suprarreferenciada é bastante diversificado, caracterizado pelos resquícios de fragmento de vegetação, pastos, cultivos de subsistência, silvicultura, zonas urbanas, indústrias, atividade de E&P, áreas turísticas, etc. Levando em consideração a escala de um Bloco Exploratório nesse cenário, a locação de um poço é pontual. Consequentemente, cada local definido apresenta sua especificidade que deverá ser caracterizado juntamente com a atividade requerida no estudo a ser apresentado na formação do processo da AA, cuja análise técnica, principalmente, verificará: 1. se há impedimento ou restrição das imprescindibilidades do objeto nos dispositivos técnicos legais; e 2. os impactos e potenciais de riscos ambientais promovidos pelo objeto no contexto ecossistêmico das áreas requeridas e do seu entorno.

Consultando o sistema GEOBAHIA, foram verificados os Blocos Exploratórios em tela, das BAS de Mucuri, do Recôncavo e de Tucano Sul sobrepostos aos parâmetros de: Bioma, Unidades de Conservação - UC Municipais (2022), Estaduais (2022) e Federais, Zona de Amortecimento UC; Terra Indígena, Áreas de Quilombolas (INCRA); RPPN estaduais (INEMA-2022) e federais (ICMBIO), Divisão Político Administrativa; e Grau de Antropização, Fragmentos de Vegetação e Mata Ciliar através das imagens.



Os 12 Blocos Exploratórios – BE-s ES-T-47, ES-T-67, ES-T-68, ES-T-88, ES-T-107, ES-T-108, ES-T-125, ES-T-174, ES-T-188, ES-T-202, ES-T-215 e ES-T-227 da BAS de Mucuri, conforme ilustrados nas imagens das figuras 1 e 2, estão inseridos nos municípios de Nova Viçosa e Mucuri, no Bioma de Mata Atlântica, constituídas por área com alto grau de antropização caracterizada pelas atividades rurais, fragmentos de vegetação, Matas Ciliares. Não foi detectado interseções com UC, Terra Indígena ou Quilombola e RPPN.



Verifica-se que existe:

- a UC federal, denominada de Reserva Extrativista de Cassurubá, RESEX, nas proximidades BE's ES-T-47, ES-T-68, ES-T-88, ES-T-108 e ES-T-125;
- a UC estadual, denominada de Área de Proteção Ambiental da Ponta da Baleia/Abrolhos, de uso sustentável, criada pelo Decreto Estadual nº 2.218/1993, a cerca de 300 m a Leste do Bloco Exploratório ES-T-68;
- a UC municipal do Mucuri, denominada de Área de Proteção Ambiental Costa Dourada, de uso sustentável, criada pela Lei nº 274/1999, a cerca de 500 m a Leste dos Blocos Exploratórios ES-T-174, ES-T-188, ES-T-202, E-T-215 e ES-T-227. No sistema GEOBAHIA inexistente o buffer dessa UC;
- sítio arqueológico a cerca de 200 m da borda do ES-T-202.

O buffer da Zona de Amortecimento - ZA das UC's referenciadas não consta no sistema GEOBAHIA, sendo inferida na presente análise a inexistência das mesmas, que nesses casos, remete ao artigo 5º, da Resolução CONAMA nº 428/2010:

“Art. 5º Nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da UC, quando o empreendimento:

I – puder causar impacto direto em UC;

II – estiver localizado na sua ZA;

III – estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir da data da publicação da Resolução nº 473, de 11 de dezembro de 2015”.

Os 10 BE's da BAS do Recôncavo REC-T-57, REC-T-66, REC-T-93, REC-T-94, REC-T-96, REC-T-106, REC-T-153, REC-T-163, REC-T-178, REC-T-219 e REC-T-234, conforme ilustrados nas imagens das figuras 3, estão distribuídos nos municípios de São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Terra Nova, Catu, Alagoinhas, Araçás, Entre Rios, no Bioma de Mata Atlântica, constituídas por área com alto grau de antropização caracterizada pelas Zonas Urbanas atividades rurais, fragmentos de vegetação, Matas Ciliares. Não foi detectado interseções com UC, Terra Indígena ou Quilombola e RPPN.

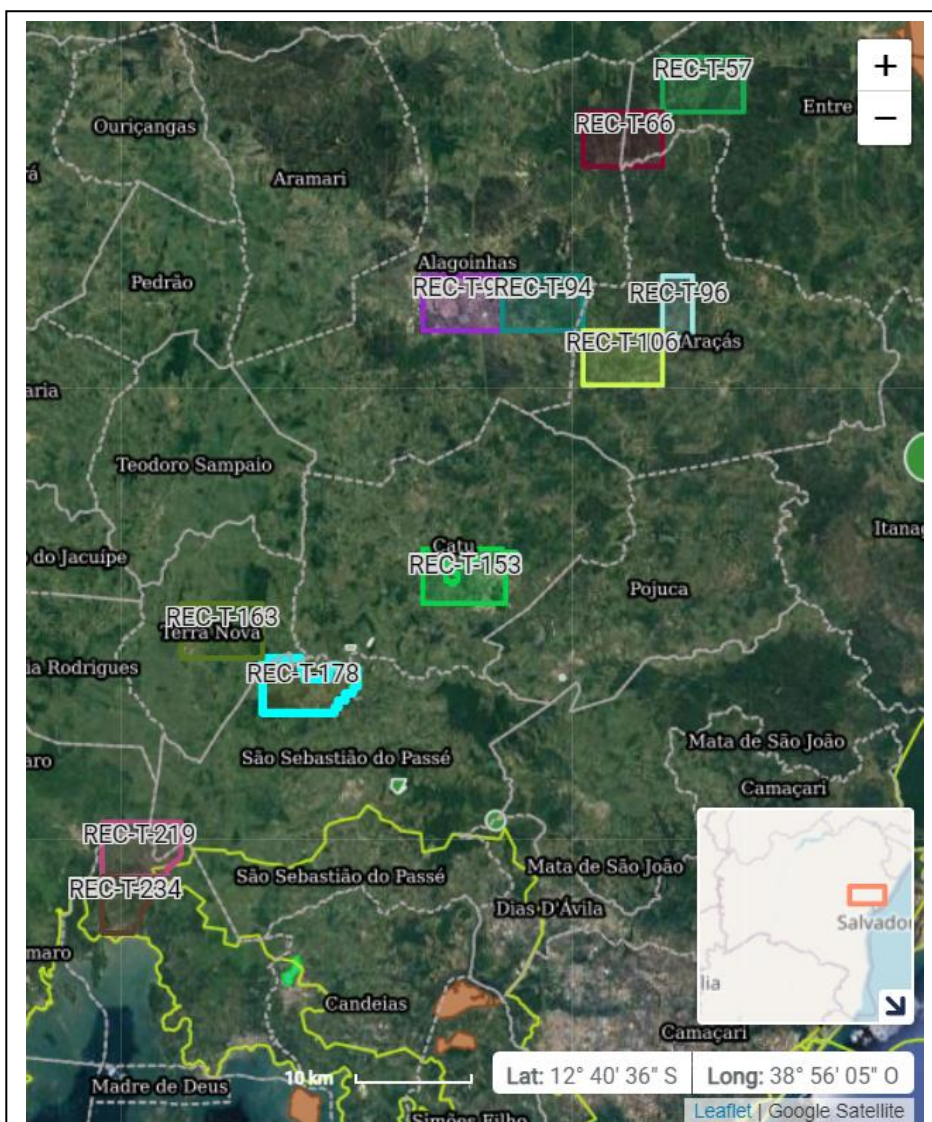
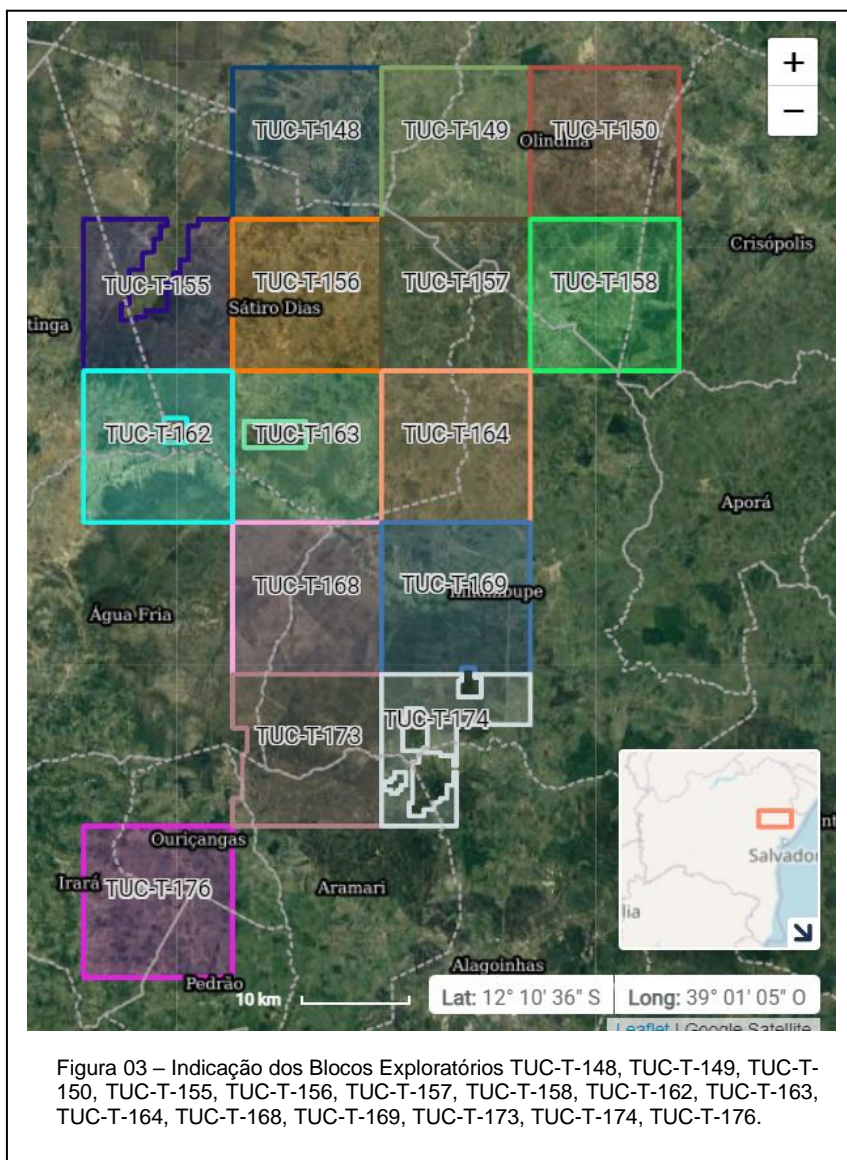


Figura 03 – Indicação dos Blocos Exploratórios REC-T-57, REC-T-66, REC-T-93, REC-T-94, REC-T-96, REC-T-106, REC-T-153, REC-T-163, REC-T-178, REC-T-219 e REC-T-234.

Verifica-se que:

- a maior parte do BE REC-T-93 intersecciona a cidade de Alagoinhas. Esse fato, por se só, não é impeditivo para retirá-lo da lista da Oferta Permanente. Entretanto, é um fator de restrição;
- cerca de um terço do BE REC-T-153 intersecciona a cidade de Catú;
- uma pequena parte dos BE's REC-T-219 e REC-T-234 interseccionam a Área de Proteção Ambiental de Joanes/Ipitanga, de uso sustentável.

Os 15 Blocos Exploratórios da BAS do Tucano Sul TUC-T-148, TUC-T-149, TUC-T-150, TUC-T-155, TUC-T-156, TUC-T-157, TUC-T-158, TUC-T-162, TUC-T-163, TUC-T-164, TUC-T-168, TUC-T-169, TUC-T-173, TUC-T-174, TUC-T-176, conforme ilustrados nas imagens das figuras 4, estão distribuídos nos municípios de Pedrão, Iará, Ouriçangas, Aramari, Água Fria, Inhambupe, Biringa, Sátiro Dias, Nova Soure, Olindina, Crisópolis nos Biomas de Mata Atlântica e Caatinga, constituídas por área com alto grau de antropização caracterizada pelas Zonas Urbanas, atividades rurais, fragmentos de vegetação, Matas Ciliares. Não foi detectado interseções com UC, Terra Indígena ou Quilombola e RPPN.



### 3. CONCLUSÃO

Na análise preliminar exposta não foi identificado óbice para que os blocos referenciados sejam ofertados para indústria.

A concessionária deverá seguir as orientações manifestadas nesta Nota Técnica.

### 4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Técnico	Função	Subcoordenação	Assinatura
Leopoldo Freire	Coordenador	INEMA/DIRRE/COMIN	

